

DOSSIÊ

**NA REDE, COM INTERMITÊNCIAS.
SEIS CASOS ETNOGRÁFICOS**

COORDENAÇÃO:

ANTÓNIO MEDEIROS

e

JORGE FREITAS BRANCO

ISCTE Instituto Universitário de Lisboa

INTRODUÇÃO

por

António Medeiros¹, Jorge Freitas Branco²

Reunimos aqui um conjunto de textos cujas primeiras versões foram apresentadas em Coimbra, no VI Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA), então suscitadas pelo mote “Na rede: novos temas e métodos na pesquisa *online* de processos de patrimonialização”. Acolhe-se neste dossiê um número de contributos menor do que o das comunicações que integraram a sessão intensa de Coimbra. Também enfrentamos uma espécie de deslçamento programático por referência à sequência de apresentações acontecida na sessão original e à variedade que teve. Poderia dizer-se que o tempo passado e também a própria ausência de várias participações, afastou entre si os textos agora presentes e que ficaram atenuadas parte das “semelhanças de família” mais patentes na “mesa” do Congresso. Foi “in the making” que ocorreram estes afastamentos e, também por isso, importa percebê-los de forma positiva: como ocorrência de uma “metamorfose iridescente”, se retomarmos uma metáfora proposta nos anos 70 por Rodney Needham e depois, várias vezes, glosada (cf. Needham 1970). A envolvimento da poalha furta-cores que imagem de Needham sugere, ficará neste caso dada pela constância com que os usos da internet ficam aludidos nos textos que se seguem, de maneiras mais ou menos discretas.

Nos seis textos aqui reunidos são exploradas as potencialidades contemporâneas de fazer etnografia *online*, mas também valorizados os usos etnográficos mais pontuais da internet. Afinal, fica sobretudo dada conta da ubiquidade da rede nas nossas vidas e já nas de grande parte das pessoas com quem os antropólogos trabalham. Notamos, por exemplo, como é amplo neste dossiê o leque dos temas e também das respetivas remissões geográficas, ficando referidos, por exemplo, países (Ucrânia, Brasil, Bangladeche), regiões (Douro Internacional, Bengala) e cidades (Brazzaville, Kinshasa, Recife), ainda que qualquer destes contextos não se vincule como lugar definido de inscrição do exercício etnográfico. De facto, não estão em causa, definitivamente, esses “terrenos” clássicos que alguns ainda tivemos a velei-

¹ ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, CEI-IUL.

² ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, CRIA-IUL.

dade de circunscrever até há pouco com tanta certeza, quase que com estacas postas no solo a circunscrever a aldeias, do bairro, etc. (cf. Clifford 1997). Mas não cabe, tão pouco, os “não-lugares” de Marc Augé (1992, quase apocalípticos, e, afinal, cunhado no início dos 90, antes que se popularizasse a internet, e insuficientemente elásticos aparecem já os terrenos “multisituados” de George Marcus (1995). Mais pertinentes como referências para perceber dimensões que cabem nestas etnografias agora apresentadas será a teorização das diversas “paisagens” propostas por Arjun Appadurai (1996), ainda nessa década de 90, ou as reivindicações do radical entrecimento da “realidade” e do “virtual” no nosso tempo, que Tom Boellstorff tem argumentado mais recentemente (cf., por ex., Boellstorff 2016). De seguida, fazemos uma breve apresentação de cada uma das colaborações compiladas.

Margarida Caseiro revela-nos o modo como emigrantes ucranianos estabelecidos em Portugal, organizaram e concretizaram o seu esforço de participação na guerra, durante os confrontos de 2014-2015 nas áreas fronteiriças com a Federação Russa. Fizeram-no através do Facebook mediante *posts* mantidos em ucraniano e em português, e podemos perceber como o seu quotidiano se estrutura tanto no país de acolhimento como no de origem, virtualmente, numa etnopaisagem aberta pela tecnologia. Foi *online* que se fizeram ações de recolha de fundos e de bens variados que, graças a uma rede, são encaminhadas para os destinatários combatentes. Um caso reportado refere-se a uma família que para tal coloca o seu sentimento patriótico acima do auxílio à família, desviando as poupanças feitas do circuito familiar e de visita à terra nas férias anuais, para o apoio dos que combatem pela unidade nacional. Além disso, usam as relações de que já dispõem para angariarem apoios e mobilizarem solidariedade política da parte das instituições portuguesas. Daí alguns *sites* estarem redigidos parcialmente em português. Desta forma manifesta-se uma realidade política caracterizada pela sua vertente transnacional, em que, conforme a autora sublinha, o Facebook é o suporte que viabiliza uma participação ativa e militante na sua comunidade nacional imaginada, na qual distância não os separa, nem impede a comunhão, mesmo que materialmente remota. A intensidade do conflito gera uma clivagem na sociedade que, por sua vez, desencadeia uma dinâmica de reajustamento da memória coletiva. O passado da nação é submetido a reapreciação, em que os grupos sociais se posicionam em relação a acontecimentos, reforçando a sua memória ou condenando-os ao esquecimento.

Henrique Chaves abordou a Quinta do Mocho, um dos mais conhecidos bairros de construção informal, situado no município de Loures (205.000 habitantes), um dos mais populosos da Grande Lisboa. O autor analisou *in situ*, mas também no plano virtual, a relação entre a vida social do bairro e as notícias que sobre ele se redigem e difundem. Na pesquisa que empreende isola uma dinâmica que se

desenrola em planos simultâneos. Num primeiro momento, são casos de violência que fornecem a matéria noticiosa, com impacto forte na opinião pública. A rusgas da polícia tornam-se em assunto noticioso produzido a par e passo pela imprensa, que refere o bairro apenas com menções de marginalidade e violência. No seu trabalho de campo, o autor indaga residentes, que lastimam essa imagem, criada pelo aparato das ações policiais. As autoridades municipais contrariam a situação, tentando criar novos focos de atenção, tanto para a mobilização interna dos seus habitantes, como para a visão externa que deles se produz. O bairro é alvo de uma intervenção de arte pública, residentes servem de guias aos forasteiros, fica criado um novo foco de interesse, de pretexto noticioso, forjado um destino para visitantes e razões novas de noticiário.... Analisando a recolha das notícias difundidas, Henrique Chaves, dá conta das exigências do suporte virtual – das edições online – que têm de ser constantemente alimentadas, de forma a captar e a fidelizar leitores. Importa manter em constante atualização o fluxo informativo, e a eficácia mede-se em *clicks*. A abordagem da produção noticiosa sobre a Quinta do Mocho põe a descoberto a dinâmica de adaptação dos *media* ao universo virtual, que obriga à notícia constantemente renovada. Quanto ao bairro, a intervenção de arte pública gerou um novo foco de atenção, neutralizando a anterior imagem de marginalidade e da violência que referenciava o bairro.

O azulejo é parte constituinte das possibilidades de objetivar a identidade nacional portuguesa. Comum, encontramos-lo em todos os tipos de arruamentos urbanos, em casas modestas, abastadas ou noutras que guardam o cunho aristocrático de outrora. Existem azulejos em jardins, parques públicos e privados, históricos ou modernos. Estão disseminados, quase que dissolvidos pelos espaços públicos e na esfera doméstica. A sua materialidade depara-se-nos em todos os estados. Há-os recentes, tratados, mantidos; usados, aguardando manutenção, que não será feita; deteriorados, vandalizados; furtados, comercializados; em museus e coleções; ao ar livre ou resguardados; anónimos ou integrados. Marluci Menezes explora vias atuais da sua transfiguração, que se processa pela sua circulação *online* e já não só nas paredes ou outros suportes físicos. São muitas as vertentes contemporâneas da sua patrimonialização, incrementadas com a multiplicação das suas aplicações fora do domínio tradicional – a arquitetura e a construção civil – para se converter a outros usos, infindos. A autora identifica aqui como o processo de desmaterialização cria um paradoxo: por um lado, ocorre maior divulgação do facto azulejar, por outro, afasta-se o investigador dos territórios sociais do património mais convencionais.

Sandra C. S. Marques trata aspetos ligados à expansão do reconhecimento das canções baul, oriundas de Bengala, na Índia e no Bangladesch atuais. Esta prática musical integra-se num sistema filosófico de ioga, que procura atingir uma relação

perfeita entre o humano e o divino. A transmissão dos conhecimentos e da prática musical – as mencionadas canções baul – acontece numa relação entre mestre e discípulo. Em finais dos anos 1960, estas canções ganharam adeptos no Ocidente. O artigo foca o percurso de institucionalização das canções baul como património. O ponto alto acontece em 2008, quando no seguimento duma proposta do governo Bangladesh, esta prática é inscrita na Lista representativa do património cultural imaterial da Humanidade pela UNESCO. Desde então a sua divulgação tem-se acelerado não só à escala nacional, como também no âmbito global, veiculada sobretudo pela internet. Este novo contexto produz desaprovação nos baul-fakir (os adeptos do sistema de pensamento), porque creem que as canções perdem o seu sentido, ao passar a serem consumidas e apreciadas fora do seu contexto original e do enquadramento dos mestres. Perante a pressão da indústria cultural e da consagração global que as listas da UNESCO incrementaram, abre-se a perspectiva de criação de duas variantes nacionais...

Lurdes Pequito trata de consequências sociais e culturais de projetos de grande escala (PGE), revisitados por si, após uma pesquisa aprofundada de terreno, agora inspirando-se em P. Connerton, em D. E. Nye e em G. Bachelard. Partindo da experiência vivida por aqueles que trabalharam na construção das barragens do Douro Internacional na década de 1950 e seguindo até hoje grupos desses trabalhadores reformados (tanto operários, como engenheiros e administrativos), que revivem esses tempos. São temas o estaleiro construído do nada e no nada, o trabalho certo e seguro para uns, incerto e mortífero para outros, a identificação com a obra em desenvolvimento, a sensação de haver participado na implantação da hidro-eletricidade, contribuindo e participando para uma ideia de progresso, hoje questionado ou até rejeitado. Construiu a identidade “barragista”, que assentou em relatos publicados em livro e na organização de convívios regulares mantidos há muito tempo. Com o aparecimento das redes sociais, adaptam-se, transferindo para o novo suporte aquilo que circulava como património oral. Mas a nova forma de desmaterialização não parece suscitar o mesmo grau de mobilização anteriormente verificado. A comparação com outro site de empresa revela uma postura alternativa face aos PGE, onde o *design* é atual, ativo e obedece a regras do *marketing*. Enaltece-se a obra, o artefacto técnico, elabora-se outra narrativa sobre a energia, que a autora compara com a proposta e defendida pelos “barragistas”, que não acompanham este novo salto tecnológico. Tinham protagonizado outro, anterior, onde a energia representava uma lógica técnica, legitimação e sustento de toda a sua vida laboral. Agora a energia apresenta-se transfigurada obedecendo a uma lógica diferente, desdobrada por novos símbolos, que falam de sobremaneira de consumo e não de produção.

Antônio Motta analisa a migração de um culto africano da elegância – a SAPE – para um novo contexto geográfico transatlântico. Tendo como procedência as capitais nacionais das duas repúblicas vizinhas congolezas Brazzaville e Kinshasa e Paris como destino inspirador, a SAPE (*Société des ambianceurs et des personnes élégantes*) apareceu recentemente no Brasil, encarnada por alguns estudantes daqueles países africanos que ali se dirigiram ao abrigo de acordos de cooperação. Com escassos recursos, os *sapeurs* prontos a todo e qualquer sacrifício para adquirir indumentárias de luxo, sempre de marcas consagradas, parisienses quase sempre. Estes consumos conspícuos supõem uma atitude performativa, um modo de se apresentar, de se revelar, de atuar na sociedade. O autor isolou várias questões. Em primeiro lugar, a ilustração do choque produzido no Brasil, nos meios universitários em que se movimentavam os *sapeurs* congolezes. Estes africanos não eram rurais e prezavam o consumo de luxo das suas ex-metrópoles coloniais, ostentavam-no, nomeadamente numa performance realizada no Museu da Abolição, na cidade de Recife, transtornando as categorizações que referenciam algumas lutas políticas correntes no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

Appadurai, Arjun. 1996. *Modernity at Large: Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis, University of Minnesota Press.

Augé, Marc. 1992. *Non Lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris, Le Seuil.

Boellstorff, Tom. 2016. “For Whom the Ontology Turns. Theorizing the digital real”. *Current Anthropology* 57, 4: 387-407.

Marcus, George E. 1995. “Ethnography in/ of the World System: The emergence of multi-sited ethnography” *Annual Review of Anthropology*, vol. 24: 95-117.

Needham, Rodney. 1970. The Future of Anthropology: Desintegration or metamorphosis?. In P.E. de Josselin de Jong *et al.* (eds.) *Anniversary Contributions to Anthropology*. Leiden, Brill: 34-37.